

**OFICINAS PEDAGÓGICAS: CONSTRUINDO CIDADANIA A PARTIR DO
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**

Norma Hofstaetter Barros¹
Neiva Feuser Capponi²
Jéssica Schwanke³
Kleitson Grisa⁴

24

RESUMO

Considerando a crescente ocorrência de problemas ambientais, percebe-se a necessidade da mudança de comportamento e comprometimento a fim de minimizar os impactos das práticas realizadas. Pensando nos problemas com a água, com os mananciais, a fauna e a flora, bens naturais indispensáveis a todos, inclusive para as gerações futuras. A partir desta realidade, a Itaipu Binacional que faz parte da Bacia Hidrográfica do Paraná 3 (BP3), institucionalizou o Programa Cultivando Água Boa (CAB), por meio de Oficinas Pedagógicas. Visando relatar a vivência das agricultoras e dos agricultores, este estudo utilizou-se como suporte a Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire, da pesquisa explicativa e participativa para demonstrar as experiências vivenciadas entre os participantes do município de Santa Helena – PR. Evento que ocorreu entre maio e junho de 2016. A partir da oficina pedagógica, onde seus participantes relatam a realidade local, as precariedades com o meio ambiente, estabelece-se o Projeto Carta do Pacto das Águas, onde juntos comprometem-se com as soluções quanto as dificuldades levantadas, e a partir disto, exercem práticas de responsabilidade e comprometimento socioambiental. Observou-se que para o desenvolvimento rural sustentável ser eficiente, a Educação Ambiental é imprescindível, a fim de que as sociedades aprendam a respeitar os limites dos ecossistemas.

Palavras-chave: Problemas Ambientais. Oficinas Pedagógicas. Educação Ambiental. Desenvolvimento Rural Sustentável.

**PEDAGOGICAL OFFICES: BUILDING CITIZENSHIP THROUGH SUSTAINABLE
RURAL DEVELOPMENT**

ABSTRACT

Considering the increasing occurrence of environmental problems, it is necessary to change the behavior and commitment in order to minimize the impacts of the practices carried out. Thinking about the problems with water, the springs, the fauna and flora, natural assets indispensable to all, including for the future generations. From this reality, the Binational Itaipu that is part of the Paraná Hydrographic Basin 3 (BP3), institutionalized the program Farming Good Water (FCW), through Pedagogical Offices. Aiming to report on the experiences of small farmers, this study uses a Pedagogy of Autonomy by Paulo Freire, from the explanatory and participatory research to demonstrate the experience of participants in Santa Helena County, PR. Event that occurred between May and June 2016. From the

¹ Convênio Conselho dos Municípios Lindeiros/Itaipu

² Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

³ Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

⁴ Faculdade de Ampére - FAMPER

pedagogical workshop, where its participants report the local reality, the precariousness with the environment, is established the Charter Water Pact Project, where together they commit themselves with solutions to the raised difficulties, and from there, they do responsibility practices and commitment social environmental. It was observed that for sustainable rural development, the Environmental Education is essential, aiming that societies learn to respect the ecosystems limits.

Key-words: Environmental Problems. Pedagogical Offices. Environmental Education. Sustainable Rural Development.

INTRODUÇÃO

A sustentabilidade se tornou um assunto frequentemente utilizado na sociedade durante os últimos anos. A partir da Declaração de Estocolmo em 1972 e da Conferência Intergovernamental sobre a Educação Ambiental em 1977 tem se fortalecido os objetivos e as estratégias com relação a Educação Ambiental (MUNARETTO; BUSANELLO, 2014).

No Brasil, o art. 225 da Constituição Federal Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988) estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, certo de que o Poder Público e a sociedade devem defendê-la e preservá-la para as presentes e futuras gerações. Corroborando com a Carta Magna em 27 de abril de 1999 foi editada a Lei 9.795/1999, e em seu segundo artigo prevê que a Educação Ambiental é um componente essencial e permanente para a educação nacional, devendo estar presente e estruturada no processo educativo de modo transdisciplinar (BRASIL, 1999).

Diante disso, o Decreto n. 4.281/2002 estabelece a inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino. Tendo o intuito de trabalhar com a sociedade de forma coletiva, ampliando as discussões e buscando soluções seguidas de ações com relação as questões ambientais (BRASIL, 2002). Dinâmica que vem de encontro com a Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire, onde o autor enfatiza a importância de educar com a coparticipação de quem vai viver o aprendizado, e que se faz interessante que o conhecimento deste seja respeitado e aproveitado em todo o processo de conhecimento que se traz da realidade vivenciada e a complementa ao promover a leitura de novos (FREIRE, 2009).

Iniciativas como oficinas pedagógicas visando a Educação Ambiental tendem a promover discussões e relatar as experiências individuais de cada participante, para que em coletividade possam encontrar as devidas soluções para o assunto que afeta sua realidade.

Diante do exposto, o presente estudo visa relatar a vivência das agricultoras e agricultores que participam do Programa Cultivando Água Boa da Itaipu Binacional, a partir

das oficinas pedagógicas institucionalizadas como Projeto Carta do Pacto das Águas à luz da Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire.

Justifica-se a realização deste *paper*, utilizando-se da pesquisa explicativa, pois de acordo com Gil (2008, p. 28), “esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas”. Assim, ao seguir a pedagogia da autonomia, espera-se demonstrar que as pessoas têm ciência da necessidade e dos cuidados que a natureza precisa, entretanto, esta atenção foi se perdendo ao longo do tempo, bem como pelo imediatismo em extrair sem se dar conta que os recursos são findos. Para compreender a pedagogia aplicada por meio do Programa Cultivando Água Boa (CAB), o procedimento exigiu a participação direta dos pesquisadores que apresentam toda a dinâmica de forma descritiva e qualitativamente.

Pode-se estabelecer que recordar-lhes estes cuidados permitiu dar-lhes autonomia para tornarem-se mais comprometidos com Gaia, a Casa Comum dos seres vivos!

REFERENCIAL TEÓRICO

Oficinas Pedagógicas

A oficina significa o lugar de exercício de um ofício, ou seja, é uma ocupação manual que supõe certo grau de habilidade, destreza ou aptidão (GONZALES, 1987). No entanto, o termo oficina é colocado por Candau (2015), como um local de aprendizagem com grau de habilidades e competências referidas também ao campo das artes. O mesmo autor ainda apresenta que uma oficina é o fruto do trabalho de todos e entre todos. Ou seja, se desenvolve a partir dos processos de trabalho coletivo, pois cada elemento participante tem sua habilidade e conhecimento através da interação de troca de saberes com relação a veracidade do assunto.

Segundo Vieira e Valquind (2002), a oficina é a forma de ensinar e aprender envolvendo a coletividade, sendo uma modalidade de ação onde se promove a investigação, a ação e a reflexão garantindo a unidade entre a teoria e a prática. Diante disso Candau (2015), enaltece que nas oficinas pedagógicas há quatro dimensões, ver, saber, celebrar e comprometer-se.

Essas quatro dimensões tornam o processo do ensino-aprendizagem mais integrador, pois proporcionam um desenvolvimento equilibrado entre o pensar, agir e sentir. Analisando a realidade e redimensionando-a à prática transformadora, integrando a experiência individual e coletiva através de dimensões intelectual, emocional e o compromisso político.

As oficinas proporcionam através de sua atividade prática reflexões teóricas a partir da realidade efetiva. Para Freire (2009), a organização das oficinas fornece experiências que permitem a integração teoria-prática e assim fomenta o desenvolvimento da autonomia docente.

Para Vieira e Valquind (2002), na oficina surge um novo tipo de comunicação entre o instrutor da oficina e os demais participantes, formando equipes de trabalho, onde cada um contribui com suas experiências, cabendo ao instrutor diagnosticar o que cada participante sabe e promover assim a discussão e reflexão do problema que precisa ser enfrentado buscando juntos uma solução.

A metodologia de oficinas pedagógicas tem se constituído como estratégia que valoriza a construção dos conhecimentos de forma participativa, questionadora e com base na realidade de situações, fatos e histórias de vida (NASCIMENTO et al., 2007). Este posicionamento dos autores corrobora com a Pedagogia da Autonomia estabelecida por Paulo Freire, em que estabelece que os novos conhecimentos devem ser somatizados aos que são trazidos pelo aprendente, e que este ao compartilhar suas experiências levará consigo as suas próprias mais as que foram vivenciadas no determinado grupo de aprendizagem (FREIRE, 2009).

As Oficinas Pedagógicas reelaboram um ótimo conceito para que em um grupo seja fomentada a Educação Ambiental, que está sendo tão necessária ser revista por todos os seres humanos. A realidade quanto ao desequilíbrio pelo qual a natureza, compreendida aqui em todos os seus parâmetros: água, solo, ar e fauna tem sido mitigada. Situação que passa a ser discorrida no próximo tópico.

Educação Ambiental

A educação ambiental é um processo no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores e habilidades, com isso são capazes de agir individual ou coletivamente a fim de resolver os problemas ambientais presentes e futuros (DIAS, 1992). Ainda de acordo com o autor, a educação ambiental se caracteriza por agregar as dimensões sociais, políticas, econômicas, culturais, ecológicas e éticas. A maior parte dos problemas ambientais são gerados por problemas políticos e econômicos onde observa-se a concentração das riquezas.

Segundo Leff (2001), para que os problemas ambientais possam ser resolvidos e revertidos é necessário que ocorra mudanças nos sistemas de conhecimento, dos valores e dos

comportamentos gerados pela racionalidade existente e fundada no aspecto econômico do desenvolvimento.

Para Jacobi (2003), a educação ambiental assume uma função transformadora através da responsabilização dos indivíduos em busca do desenvolvimento sustentável. Ainda de acordo com o autor, a sustentabilidade resulta numa inter-relação da justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a ruptura com o padrão de desenvolvimento (JACOBI, 1997).

Segundo Sorrentino (1998), os grandes desafios para os educadores ambientais consistem no resgate e no desenvolvimento de valores e comportamentos, assim como, no estímulo a uma visão global e crítica das questões ambientais e a promoção de um enfoque interdisciplinar que resgate e construa saberes.

A educação ambiental busca a solidariedade, a igualdade e o respeito à diferença através de formas democráticas de atuação baseadas em práticas interativas e dialógicas, com objetivo de criar novas atitudes e comportamentos quanto ao consumo na sociedade, estimulando a mudança de valores individuais e coletivos (JACOBI, 1997).

Segundo Trevisol (2003), a educação ambiental trata-se de uma necessidade decorrente da profunda crise socioambiental, e educar para a sustentabilidade tornou-se indiscutível, pois a relação entre sociedade e natureza agravou-se, produzindo preocupações ameaçadoras tanto para o homem quanto para a biosfera. Ainda de acordo com o autor, a educação ambiental é de extrema importância quanto a conscientização sobre os riscos socioambientais, pois ela é capaz de conduzir os indivíduos a reverem suas concepções e hábitos.

Os problemas ambientais não são recentes, e estes se agravam cada dia mais devido aos atos da humanidade. Vivemos em uma sociedade insustentável, onde há muito a se fazer para amenizar os problemas socioambientais. Com isso a educação ambiental, a partir da formalização da Lei 9.795/1999 esclarece que sua pedagogia deve ser institucionalizada a partir de um corte transversal, utilizando-se da transdisciplinaridade (BRASIL, 1999). Motivo pelo qual o Desenvolvimento Rural Sustentável, também pode e aliás, deve ser uma porta a proporcionar amplamente o debate de temática tão importante à sociedade atual. Assunto que passa a ser abordado a partir do próximo tópico.

Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS)

Para que se possa minimizar o esgotamento de recursos não renováveis e reaproveitar os recursos renováveis se faz necessário, fundamentar a relação da humanidade com a

natureza estabelecendo planos de desenvolvimento socioeconômico (PATRÍCIO; GOMES, 2012).

Dessa forma, é indispensável a mudança com relação aos hábitos de produção e consumo. E para que se possa ter um padrão ambiental sustentável Becker (1996), explica que, é essencial, utilizar os recursos naturais e humanos de forma prudente valorizando a cultura local, assim como, melhorar e diversificar a capacidade natural e humana de forma a valorizar as características locais, sendo vital diferenciar a ocupação espacial baseada nas decisões de quem ocupa o espaço.

Para Sachs (1993), as dimensões fundamentais para um desenvolvimento rural sustentável estão ligadas a dimensão ecológica, espacial ou geográfica, social, cultural e econômica. Estas dimensões visam melhorar as condições de vida da sociedade respeitando os limites das capacidades dos ecossistemas.

Veiga et al. (2001), afirmam que o desenvolvimento rural necessita da valorização e o fortalecimento da agricultura familiar, a diversificação econômica, o incentivo e incremento do empreendedorismo local, isto tudo, com o apoio do Estado, na formação de medidas institucionais. De acordo com o mesmo autor, quanto mais diversificado for o sistema produtivo de uma área rural maior será o seu desenvolvimento, sendo este setor constituído e geridos pelo grupo familiar.

Schneider (2004), ressalta que para definir o desenvolvimento rural é fundamental erradicar a pobreza rural, usufruir da participação nas questões políticas e centrar a preocupação com as questões ambientais.

Segundo Veiga (1996), a agricultura familiar apresenta um conjunto de vantagens principalmente quando associada a sustentabilidade, pois a produção está baseada na diversidade e na flexibilidade das tomadas de decisões fortalecendo a prática da produção baseada na educação e na responsabilidade ambiental possibilitando estabilidade, resiliência e equidade na distribuição de renda e divisão de terras.

Para Cazella, Bonnau e Maluf (2009), a agricultura familiar enfatiza uma reprodução socioeconômica, promove segurança alimentar e preserva os recursos naturais assim como a paisagem rural. Entretanto, esta prática está passando por dificuldades, uma vez que os recursos naturais, principalmente a água não está tendo a devida atenção passando por um esgotamento de sua capacidade e qualidade. Situação que vem de encontro com a Pedagogia da Autonomia institucionalizada por Paulo Freire e encampada pela Itaipu Binacional por meio das Oficinas Pedagógicas que resultam no Programa Cultivando Água Boa (FREIRE, 2009; ITAIPU, 2015).

Pedagogia da Autonomia

A proposição da Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire se faz oportuna nas Oficinas Pedagógicas, pois quando se fala em agricultura familiar, seus participantes dispõem dos conhecimentos que estão inseridos em prática cotidiana, porém devido ao esquecimento, desleixo ou situações externas, os cuidados foram sendo relegados (FREIRE, 2009). Então aplicar a Pedagogia da Autonomia é proporcionar-lhes um reavivar de tudo o que eles como sujeitos pertencentes àquele ambiente trazem intrinsecamente.

As pessoas que participam das Oficinas Pedagógicas são as agricultoras, os agricultores e seus familiares que fazem parte de um programa estabelecido a partir da Lei 9.433 instituída em 1997, por meio da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA, 2010). A partir desta lei foi estruturado o Plano de Bacias Hidrográficas, onde estabeleceram 16 bacias no Estado do Paraná. Para que as proposições da Lei 9.433/1997, a Carta da Terra, o Tratado de Educação Ambiental, a Agenda 21 a Itaipu Binacional por estar inserida na Bacia Hidrográfica do Paraná 3 (BP3) passa a desenvolver o Programa Cultivando Água Boa (CAB) em parceria exclusiva com os ribeirinhos (SEMA, 2010); ITAIPU, 2015).

Trazer à tona o conhecimento que estes detêm, tornou-se importante. Desta forma a Pedagogia da Autonomia passou a ser fundamental, uma vez que não se tinha a intenção de doutriná-los para novas realidades. O que se buscava era promover o reavivamento, por meio da educação ambiental, o compromisso de zelar pelos mananciais, a fauna, a flora e o que ainda resta de floresta em todo o entorno da BP3 (ITAIPU, 2015).

METODOLOGIA

De acordo com Gil (2008) uma pesquisa deve seguir critérios formais e sistemáticos a fim de obter resposta àquilo a que se propõe investigar, neste caso relatar a partir da vivência das agricultoras e agricultores a sua participação no Programa Cultivando Água Boa da Itaipu Binacional, utilizando-se a Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire.

Para a realização da pesquisa optou-se pela pesquisa explicativa por permitir que o conhecimento da realidade pudesse ser vivenciado e compartilhado por todos os participantes da microbacia do município de Santa Helena – PR., que se fizeram presentes na implementação do programa. Evento que ocorreu em maio e junho de 2016, objetivando trabalhar a dinâmica

Oficinas do Futuro Desafio das Águas proposto pela Itaipu Binacional. Os dados inseridos, dinamizados e assumidos por todos os membros passam a ser relatados qualitativamente.

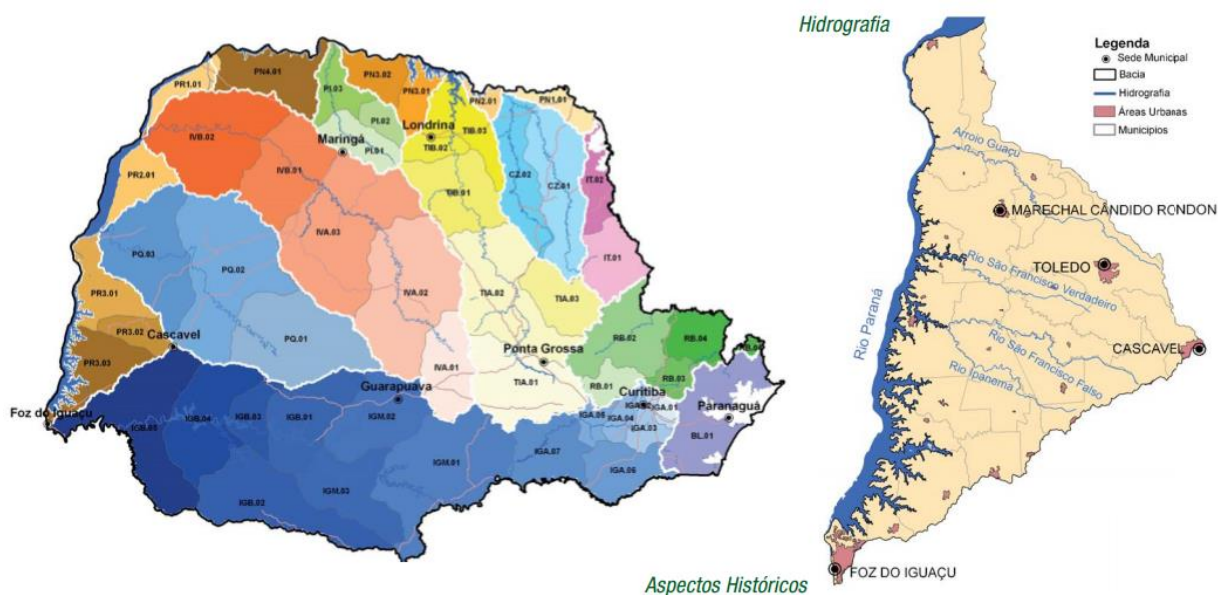
RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tendo por pano de fundo A Carta da Terra, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Social, a Agenda 21 e os Objetivos do Milênio, a Itaipu seguindo seu “norte” de atuar de forma responsável, assume o Programa Cultivando Água Boa (ITAIPU, 2015). A Responsabilidade Social Empresarial objetivada pela Itaipu Binacional há muito se além ao que foi pronunciado por Bialski (2006) ao preconizar que não somente o Estado tem obrigações quanto a promoção do bem-estar coletivo – a todos os setores imputa-se a responsabilidade de auxiliar na supressão das desigualdades sociais que o neoliberalismo espalhou pelo mundo e principalmente no Brasil.

Sendo a água essencial a qualquer seguimento de vida sobre a terra, ela precisa ser preservada, a fim de que as gerações futuras possam dela dispor. Com o intuito de promover o cuidado a tamanha preciosidade, instituiu-se por meio da Lei 9.433 em 08 de janeiro de 1997 a Política de Recursos Hídricos (SEMA, 2010). Ainda de acordo com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), a bacia hidrográfica passou a ser reconhecida como um bem finito e vulnerável, necessitando desta forma, ser protegida.

Nesta organização da SEMA (2010, p. 7) foram institucionalizadas 16 bacias hidrográficas no estado do Paraná, sendo elas: Bacia Litorânea, Bacia do Ribeira, Bacia do Cinzas, Bacia do Iguaçu, Bacias do Paraná 1, 2 e 3, Bacia do Tibagi, Bacia do Ivaí, Bacia do Piquiri, Bacia do Pirapó, Bacia do Itararé, Bacias do Paranapanema 1, 2, 3 e 4. Conforme mapeamento desenvolvido para estas áreas estratégicas, apresentado na Figura 1:

Figura 1 - Mapa das estratégias de gestão



Fonte: Itaipu Binacional, (2015).

A partir desta etapa, elaborou-se o Plano de Bacia Hidrográfica, aprovado pelo Comitê de Bacias no Estado do Paraná, cuja composição se apresenta no Quadro 01:

Quadro 1 - Composição do Comitê de Bacias no Estado do Paraná.

Comitês de Bacias Hidrográficas	Composição - Número de Membros			Total
	Poder Público	Usuários dos Recursos Hídricos	Sociedade Civil	
Alto Iguaçu / Alto Ribeira	12	14	12	38
Tibagi	13	16	11	40
Jordão	9	9	5	23
Paraná 3	13	13	7	33
Piraponema	16	16	8	40
Norte Pioneiro	14	13	8	35

Fonte: SEMA (2008)

Essa definição ocorreu por meio de alguns condicionantes técnicos, como a localização dos principais mananciais de abastecimento de água, rede de monitoramento existente, presença de indústrias, usinas hidrelétricas e unidades aquíferas, compondo-se de 51 Áreas Estratégicas de Gestão. Tendo como principais afluentes, os rios São Francisco (Cascavel), o Toledo (Toledo), o São Francisco Falso (Céu Azul) e o Ocoí cuja nascente é em Matelândia, que a Itaipu Binacional instituiu o Programa Cultivando Água Boa (CAB) (SEMA, 2010). Ainda de acordo com a secretaria, a área total da Bacia Hidrográfica do

Paraná 3 (BP3) é de 7.979,40 km², e é justamente neste ambiente que a Hidrelétrica Itaipu está inserida, cabendo-lhe a responsabilidade pela preservação da biodiversidade e das áreas protegidas, bem como das águas que a compõe.

Aproveitando este novo perfil que foi designado à Companhia, a Itaipu Binacional revê sua Missão, atribuindo-se a responsabilidade social e ambiental, a capacidade de gerar energia elétrica de qualidade, impulsionar o desenvolvimento econômico, turístico e tecnológico, sustentável, no Brasil e no Paraguai. Desta forma em 2003, institui o Programa Cultivando Água Boa (CAB). Programa que atende o princípio três da Carta da Terra (ITAIPU, 2015), estabelecendo a necessidade do manejo consciente dos recursos renováveis e dentre eles a água. Sendo a água um bem público, tornou-se também o bem mais precioso para a existência da vida sobre a terra (BRASIL, 1988; AHLERT, 2013).

Ao promover a gestão por bacia hidrográfica, que abrangeu 29 municípios, o faz de forma sistêmica e integrada, buscando as parcerias locais. Esta rede ao compartilhar a responsabilidade, aplica o ciclo PDCA – planejar, executar, verificar/avaliar e agir/corrigir, onde todos se tornam atores estratégicos e “comprometidos com o desenvolvimento sustentável das respectivas territorialidades hídricas” (ITAIPU, 2015, p. 2). Ainda de acordo com o programa o apelo à ação educacional tangencia a construção da cultura da água, da sustentabilidade, da climatologia, bem como da sociedade, da produção de energia, dos alimentos e do meio ambiente.

Ao desenvolver o Cultivando Água Boa, a Itaipu percorreu a bacia hidrográfica, da BP3, a procura de parceiros que totalizou em 2.146 instituições (universidades, cooperativas, ONGs, empresas particulares), que junto com as prefeituras foi instituído um comitê gestor por município. Este comitê é quem escolhe a microbacia a ser trabalhada. Para levantar este diagnóstico organiza-se uma reunião de sensibilização com a comunidade a ser trabalhada, posteriormente elabora-se a Oficina Pedagógica determinada por Oficinas do Futuro.

Sua metodologia foi elaborada pelo Instituto ECOAR pela Cidadania e inspirada na Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire que passam a replicá-las, somatizando à necessidade de mudanças na conduta das pessoas quanto a conscientização da utilização da água e dos problemas existentes nas comunidades de agricultores (FREIRE, 2009; ITAIPU, 2015). A partir destas observações é que são definidas as ações a serem executadas na microbacia, dentre elas a elaboração da Carta do Pacto das Águas. Um dia de grande festa, começando a realização da Mística da Carta da Terra, aplicada pelos próprios agricultores e agricultoras, crianças e todos os membros envolvidos. A Carta devidamente assinada por todos os membros da comunidade e autoridades presentes passa a ser um documento para a realização

das ações necessárias imediatas, a médio e longo prazo. Este evento de educação ambiental passa a ser entendido como Oficina Pedagógica, junto a estas comunidades.

Estas oficinas são previamente agendadas com as comunidades da microbacia escolhida que fazem parte da BP3 consistindo em apresentar a realidade local, as mudanças que são necessárias e que podem ser feitas. As contribuições de cada um, e o enfrentamento das mudanças culturais que passam a ser necessárias, a partir de então. Com isso, a Itaipu Binacional, o Conselho dos Municípios Lindeiros, as Prefeituras Municipais e as Instituições parceiras, além de mitigar e corrigir passivos ambientais, ao trabalhar em parceria com a comunidade rural, desempenha papel fundamental quanto a qualidade ambiental que afeta os cursos d'água, recuperação da mata ciliar e das nascentes, readequação das estradas, reelaboração das curvas de nível, implementação dos abastecedouros comunitários, distribuidores de dejetos, e cercas onde se faz necessário para a proteção das margens dos rios. Desta forma, o programa se afirma dando à água a concepção de recurso universal pertencente a toda a humanidade e principal ativo da hidrelétrica.

Dentre as 380 oficinas ocorridas nas microbacias, com a participação de aproximadamente 16 mil agricultores e agricultoras, desde a elaboração do Programa Cultivando Água Boa em 2003, será apresentada a que ocorreu na cidade de Santa Helena, mais especificamente na microbacia de São Roque e Alto Morenã. Localizada na área rural do município de Santa Helena e é constituída por agricultoras e agricultores que participaram da sensibilização à comunidade para a implementação do projeto Oficinas do Futuro Desafio das Águas. A Oficina é estruturada em duas datas, sendo que a primeira ocorreu em 06/05/2016. Nesta primeira etapa foi apresentado o Muro das Lamentações e a Árvore da Esperança. A segunda foi elaborada no dia 03//06/2016, momento em que se elaborou a terceira etapa da Oficina: o Caminho Adiante e posteriormente a assinatura do Pacto das Águas.

Etapas que passam a ser explicadas, diante da realidade que é pela comunidade fomentada. O Muro das Lamentações consiste em colocar no papel tudo o que, na visão dos membros da oficina não está condizente com a realidade observada, tais como: assoreamento, lixo e dejetos de suínos no rio; falta de equipamentos e pontos específicos de coleta e destinação para os dejetos, tanto de suínos como de aves; falta de saneamento, canalização de águas vindas da vila em direção às propriedades; falta de curvas de nível = erosão; falta de recuperação do solo e das pastagens; falta recuperar voçorocas; falta reformas de microbacias; falta cerca na beira dos rios; falta revitalização de fossas de abastecedouros; falta manilha para escoamento correto da água, causando invasão nas vertentes; falta peixes nos rios; há

muita poluição; falta readequação e cascalhamento das estradas rurais, impedindo o tráfego de máquinas e implementos agrícolas; falta conscientização das pessoas, tanto da área urbana quanto do meio rural; falta educação ambiental; falta de materiais para pesquisa em educação ambiental, oficinas de educação ambiental e visitas técnicas; falta equipamentos para laboratório nas escolas; falta auxílio aos professores para que não ocorra greve; falta pessoas para trabalhar com os jovens; falta conscientização das pessoas, tanto no perímetro urbano como no rural.

Estes foram os pontos levantados pela comunidade participante, conforme figuras 2.

Figura 2 - Muro das Lamentações



Fonte: dados da pesquisa, (2016).

Como se pode observar dentre os problemas a serem resolvidos, alguns dos que atingem o campo são originados a partir das áreas urbanas. E muitos deles podem ser facilmente corrigidos, mas para isso faz-se necessário a Educação Ambiental. Educação, esta que gere conhecimento, pois a partir destas premissas, os resultados podem chegar de maneira mais fácil e prática.

No próximo passo a comunidade relata como ela gostaria que o pedaço onde estão inseridos, o que querem para eles, seus filhos e netos. Quais são seus sonhos! Para esta etapa, estabeleceu-se a denominação de *Árvore da Esperança* demonstrada em “frutos”. Situação que pode ser identificada pela figura 3.

Figura 3 - Árvore da Esperança



Fonte: Dados da pesquisa, (2016).

O Caminho Adiante é assumido como uma prática, e que a partir de então, não tem mais volta. Os sonhos que foram instaurados passam por uma análise de todos selecionando as ações mais necessárias que possam ser realizadas no curto, médio e longo prazo. Todos passam a ser integrantes do novo desafio que é instaurado. Mas, eles não vão estar sozinhos nesta dinâmica assumida, o convênio ocorre também com a Prefeitura Municipal. Neste caso a Prefeitura de Santa Helena, parceiros e a Itaipu Binacional, por meio do Programa Cultivando Água Boa.

A parte que coube ao convênio do CAB foi: a readequação das estradas, das curvas de nível e dos bigodes para contenção das enxurradas; cerca de isolamento do rio onde for com 30 metros de mata ciliar, gerando a proteção das nascentes; mudas para reposição da mata

ciliar onde for necessário; abastecedouro comunitário; cisternas com geomembranas em pontos estratégicos; distribuição de sementes para cobertura diminuindo a erosão do solo; estabelecimento de pontos de coleta de lixo; espalhador de dejetos e a verificação de instalação de biodigestores.

Passos importantes assumidos pela Prefeitura Municipal, que se somam com os da comunidade, que também se prontifica a contribuir com as propostas que se instauram na sequência, conforme se demonstra a figura 4.

Figura 4 - O Caminho Adiante.



Fonte: Dados da pesquisa, (2016).

As importantes atribuições elencadas pela comunidade, e que deverão ser assumidas por todos no processo de conscientização são: colaboração com as pessoas que irão desenvolver o trabalho; melhoria nas propriedades por meio de mutirões de limpeza; fazer a destinação correta das embalagens e agrotóxicos e reciclar os resíduos possíveis (lixo); não desmatar; incentivar projetos para serem desenvolvidos na escola e na comunidade; incentivar a sustentabilidade na comunidade; manter a qualidade das ações que foram desenvolvidas no pacto por meio da conscientização ambiental; ensinar por exemplos; recomposição da mata ciliar; zelar pelos equipamentos e máquinas de uso comum oriundas do convênio; preservar a qualidade da água; diminuir o uso de agrotóxicos; aumentar a produção orgânica e realizar hortas saudáveis nas casas.

Quando a dinâmica chega ao seu ápice, um membro do grupo exclama: “temos um caminho adiante, que estamos decidindo em grupo, e que agora não tem mais volta”. Sua fala foi aplaudida, e todos sentiram o quanto foi importante ter participado deste momento. As oficinas pedagógicas apresentam-lhes o compromisso de cuidar dos benefícios recebidos, bem como a aprofundar os cuidados e conhecimentos para si mesmas e pelas futuras gerações, tendo por premissa de que a água é vida para todos!

Quando todos assimilam as três etapas dinamizadas como perfeitamente possíveis e que farão a grande diferença, se levarem estes compromissos com responsabilidade para o seu dia-a-dia, procede-se a leitura da Carta por um presente (agricultora e/ou agricultor), e ocorre as assinaturas do Pacto das Águas por todos os integrantes da microbacia do São Roque e Alto Morenã de Santa Helena – PR, bem como pelos membros da Prefeitura Municipal e da Itaipu Binacional. A este documento assinado por todos, denomina-se de Carta do Pacto das Águas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que a vivência das agricultoras e agricultores assistidos pelo Programa Cultivando Água Boa (CAB) da Itaipu Binacional, mostra-se como uma estratégia oportuna para um melhor enfrentamento e busca de soluções dos problemas encontrados nas propriedades que fazem parte da Bacia Hidrográfica do Paraná 3 (BP3).

Tal situação faz com que os moradores aprendam e assumam uma postura proativa após diagnosticado os problemas que os cercam. Permitir que os sonhos sejam possíveis de solução, proporciona um envolvimento de todos em cada etapa do processo. As decisões tomadas despertam um sentimento de coletividade e de responsabilidade entre os membros, impulsionando as ações que a Itaipu Binacional se propôs a direcionar por meio das Oficinas Pedagógicas.

Este modelo de gestão aplicado pelo programa também fortalece a correção dos erros do passado, sem, no entanto, apontar culpados. Mas, permitindo sim, uma nova cultura, onde todos os atores sociais: a comunidade, a empresa e o poder público assumem como parceria em prol da sustentabilidade

O resultado dessa metodologia tem se mostrado eficiente, pois a oficina aplicada no município de Santa Helena – PR permitiu a assinatura do Pacto da Águas de número 68. Fica claro de que a Educação Ambiental, instituída a partir deste tipo de evento, é compartilhada por meio da responsabilidade que todos passam a assumir.

REFERÊNCIAS

AHLERT, Alвори. Ação comunicativa e ética no acesso e uso sustentável da água: a experiência do saneamento rural de Marechal Cândido Rondon – Paraná. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 11, n. 32, p. 1571-1588, out/dez. 2013.

BECKER, D. F. Competitividade: um novo padrão ambiental de desenvolvimento regional. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 1, p. 107-112, 1996.

BIALSKI, Paula (2006), '*Emotional tourism. An interpretive study of online hospitality exchange systems as a new form of tourism*'. Disponível em: http://www.hospitalityguide.net/hg/wiki/index.php?title=Emotional_Tourism&PHPS_ESSID=ca84b9f2d61106e3e9cccdac48edb12. Acesso em: 08/10/2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999. Lei da Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1999/lei-9795-27-abril-1999-373224-norma-pl.html>. Acesso em 30/09/2017.

_____. Decreto nº 4.281/2002. Regulamenta a Lei nº 9.795/1999. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm. Acesso em 10/10/2017.

CANDAU, V. M. et al. **Educação em direitos humanos e formação de professores(as)**. 1^a ed. São Paulo: Editora Cortez, 2015, 232p.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

DIAS, Genebaldo F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo, Gaia, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 39. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. e. 6. São Paulo: Atlas. 2008.

GONZALES, Cubelles, **El taller de los talleres**. Buenos Aires: Indufraf, 1987.

ITAIPU BINACIONAL. Cultivando Água Boa: Programa Socioambiental da Itaipu e parceiros da BP3. Melhor Prática de Gestão das Águas. Prêmio ONU – Água para a Vida. 2015. Melhores Práticas de Gestão das Águas. Disponível em: <http://www.cultivandoaguaboa.com.br/o-programa/gestao-participativa>. Acesso em 07/10/2017

JACOBI, P. Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. In: CAVALCANTI, C. (org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, p.384-390. 1997.

_____. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, 189-205, 2003.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

MUNARETTO, L. F.; BUSANELLO, S. Um estudo sobre inserção da educação ambiental nos projetos pedagógicos dos cursos dos CESNORS/UFMS. Ver. Adm. UFMS, Santa Maria, v. 7, 24-39. Setembro 2014.

NASCIMENTO, M. S.; SANTOS, F. P. D. A.; RODRIGUES, V. P.; NERY, V. A. D. S. Oficinas pedagógicas: construindo estratégias para a ação docente – relato de experiência. **Rev. Saúde.Com**, 3(1), 85-95. 2007.

PATRÍCIO, P. C.; GOMES, J. C. C. Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação. **Revista Nera**, Presidente Prudente, n. 21, Jul./Dez. 100-113p. 2012.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 11, Jan./Jun. p. 88-125. 2004.

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA). Bacias Hidrográficas do Paraná: séries históricas. Org. Mauri César Barbosa Pereira José Luiz Scroccaro. Curitiba – Paraná. 2010. Disponível em: http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/corh/Revista_Bacias_Hidrograficas_do_Parana.pdf. Acesso em 07/10/2017.

SORRENTINO, M. De Tbilisi a Tessaloniki, a educação ambiental no Brasil. In: JACOBI, P. et al. (orgs.). **Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências**. São Paulo: SMA. p.27-32. 1998

TREVISOL, Joviles Vitorio. **A educação em uma sociedade de risco: tarefas e desafios na construção da sustentabilidade**. Joaçaba: UNOESC, p.166. 2003.

VEIGA, J. E. D. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 13, n. 3, p. 383-404. 1996.

VEIGA et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio Fipe – IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.

VIEIRA, E.; VOLQUIND, L. **Oficinas de ensino? O quê? Por quê? Como?** 4. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.